



BIBLIOTECAS
DE LISBOA

ANAIIS DO MUNICÍPIO DE LISBOA (1965-1968) – Publicação anual (4 vols.), na sequência do primeiro número iniciado em 1939, respeitante ao ano anterior, de acordo com o novo Código Administrativo (1936). No período analisado, em cada um dos quatro volumes são mais de 500 páginas (por volume) que testemunham os relatórios de gerência do Município. A edição é da Câmara Municipal de Lisboa, numa composição e impressão das Oficinas Gráficas do Município.

CONTEXTO HISTÓRICO

Os *Anais do Município de Lisboa* seguem-se ao *Anuário Municipal* e ao *Boletim Cultural e Estatístico*, porque foi determinado que as publicações da Câmara Municipal se adaptassem com mais precisão às necessidades e à mecânica dos serviços camarários.

Nesse período de 1965 a 1968, a gestão municipal da cidade de Lisboa foi gerida por **António Vitorino França Borges**, que a presidiu de 1959 a 1970, numa administração “complexa, exigente, difícil, erizada de perigos e de escolhos. É uma luta de todos os dias, anónima e muitas vezes inglória, em que por vezes se perdem os amigos, luta que há que travar para preferir muitas vezes a custosa posição duma consciência em paz, em vez duma popularidade enganosa e traiçoeira”¹, referia França Borges num discurso dirigido aos vereadores e editado a abrir o primeiro dos volumes consultados. A Câmara estava a braços com as edificações urbanas, a construção de casas para famílias de fracos recursos, o realojamento relacionado com os acessos à Ponte Salazar (depois 25 de Abril), o saneamento do Vale de Alcântara, o prolongamento da linha do Metropolitano até Alvalade, a construção dos Olivais, o trânsito e a finalização do Plano Diretor, para além de todos os trabalhos de rotina, em diversos pelouros – “Do simples ao complexo, da obra modesta ao empreendimento de vulto, do beco à avenida, dos bairros típicos aos bairros modernos, tudo importa à Administração”².

Esta “mais bonita Cidade do Mundo”³, como França Borges apelidou Lisboa, estava assistindo, lentamente, a uma revolução de mentalidades – as primeiras boîtes e concursos musicais e de moda –, a que, talvez, o próprio governo municipal não dava conta do seu alcance, imbuído em tantos problemas, mas que eram sinais de abertura de uma capital ainda encolhida no provincianismo, apesar das obras estruturantes, na habitação e na ligação a sul.

¹ *Anais do Município de Lisboa*, 1965. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 7.

² *Anais do Município de Lisboa*, 1965. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 7.

³ *Anais do Município de Lisboa*, 1965. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 8.

CONTEÚDOS

Os quatro volumes analisados estão divididos por Direções de Serviços, mais o Gabinete Técnico de Habitação, Tribunal de Reclamações e Transgressões e a Polícia Municipal. Suplementarmente, apresentam-se mapas estatísticos, para cada um daqueles Serviços, e Efemérides, por cada um dos meses. Os volumes analisados neste período incluem os relatórios da Presidência e das Direções de Serviços, bem como toda a estatística da Câmara Municipal e efemérides. A iniciar cada volume, a Direção dos Serviços de Finanças apresenta os valores de despesas e receitas.

Neste quadriénio, começou por haver um aumento na despesa extraordinária por via do desenvolvimento dado à construção de casas de renda económica, à aquisição de prédios rústicos e urbanos e à construção e reconstrução de arruamentos, realizações que se seguiriam nos anos seguintes. Uma grande parte da atividade municipal, no início deste período, foi condicionada pela necessidade de dar execução urgente a obras relacionadas com a Ponte, inaugurada em 6 de Agosto de 1966. Nesse ano, Lisboa associou-se às comemorações do 40.º aniversário da Revolução Nacional de 28 de Maio, “procedendo à inauguração de diversos melhoramentos e outras manifestações que exteriorizaram o júbilo da Câmara pelo significado da data que se comemorou”⁴.

Algumas outras obras eram assumidas como essenciais, “de grande repercussão futura na fisionomia da cidade”⁵. Trabalhava-se no arranjo da entrada de Lisboa pelo Lumiar e concluía-se o estudo da “sinalização telecomandada”. Neste volume, o presidente da Câmara enumera o conjunto de planos e obras em 8 anos de mandato, previsto que estava o fim do segundo período do mandato (Março de 1967). Nesse ano de nova charneira, o exercício municipal conheceu, finalmente, a aprovação de propostas estratégicas deste mandato. A aprovação do Plano Diretor e da via dupla que constituiria o prolongamento da Avenida da Liberdade era considerada a grande promessa de rasgo desta Administração. Como sabemos, a segunda não teve concretização em obra. Mas o Plano Diretor seria estruturante quanto aos problemas relativos à política de solos, à política da habitação nos seus dois aspetos mais salientes (habitação nova e reconversão), ao equacionamento dos problemas de circulação e dos transportes, à construção e valorização das grandes vias de tráfego e à construção e reconversão da rede de saneamento.

França Borges recebe esse Plano Diretor em fase terminal de elaboração, com o objetivo de rever e atualizar o Plano Diretor de Urbanização e Expansão de Lisboa (1938-1948). O Plano Diretor da Cidade de Lisboa (1963-1967), sob a coordenação do urbanista George Meyer-Heine e apenas aprovado em 1977, propõe, em termos substanciais, a criação de um eixo distribuidor de trânsito, que faz a ligação às radiais e que estabelece a ligação com a autoestrada do

⁴ *Anais do Município de Lisboa*, 1966. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 7.

⁵ *Anais do Município de Lisboa*, 1966. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 7.

Norte; a construção de túneis rodoviários e o prolongamento da Avenida da Liberdade, uma das grandes apostas de França Borges, que haveria de cair.

Os equipamentos e as infraestruturas planeadas neste período fazem parte de uma mudança de escala da cidade. O crescimento das atividades económicas e a migração da população em busca de trabalho provocam a urbanização fora dos limites da cidade. Os *Anais* refletem isso.

Falava-se da necessidade de prolongar a rede de Metropolitano. O 1º escalão de construção da rede fora concretizado em fases sucessivas. Em 1963, entrara em exploração o troço Restauradores/Rossio, em 1966, o troço Rossio/Anjos e, por último, seria completado, em 1972, com a ligação Anjos/Alvalade. A gestão de França Borges ajudara muito na definição estratégica e urgente de expandir esta rede, como fator indispensável de reorganização do tráfego de superfície. França Borges já era presidente quando, a 29 de Dezembro de 1959, foi inaugurado o primeiro troço, essencial para os fluxos futuros das populações residenciais e trabalhadoras da cidade.

Nos textos de abertura, França Borges nunca esquecia de enaltecer que a população de Lisboa compreendia bem o trabalho municipal, “graças à ajuda da Imprensa, da Rádio e da Televisão, a quem se não devem regatear louvores por tão meritória actuação no sentido de o público ser informado com verdade e com imparcialidade”⁶.

Por Jorge Mangorrinha

Lisboa, HML, Junho de 2014

FONTES

Anais do Município de Lisboa (1965-1968). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

⁶ *Anais do Município de Lisboa*, 1967. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 7.